

Nacionalismo e revolução no terceiro mundo: as propostas anticoloniais de Guerreiro Ramos e Frantz Fanon

José Victor Alves da Silva¹

Recebido em dezembro de 2022

Aceito em junho 2023

RESUMO

Esta pesquisa analisa as propostas de superação do colonialismo elaboradas pelo sociólogo e político brasileiro Alberto Guerreiro Ramos e pelo psiquiatra e filósofo martinicano-argelino Frantz Omar Fanon. Para isso, minhas fontes principais foram as produções teóricas desses autores na década de 1950 e início dos anos 1960. Através do método contextualista skinneriano e da abordagem comparativa, investiguei como os autores conceberam a situação colonial de países do Terceiro Mundo, em especial do Brasil e da Argélia, na segunda metade do século XX. Comparando os dois intelectuais e militantes negros, pode-se notar que existem semelhanças em suas teorias, mas também diferenças fundamentais, principalmente em suas trajetórias pessoais e posicionamentos políticos. Enquanto Guerreiro Ramos apostou em um programa estatal de desenvolvimento socioeconômico de viés popular, Frantz Fanon se dedicou a doutrinas revolucionárias que pregavam a contraviolência da luta armada e auto-organização como meios de transformação social.

Palavras-chave: Pensamento latino-americano; pensamento africano; teoria anticolonial; desenvolvimento; violência.

Nationalism and revolution in the third world: the anticolonial proposals of Guerreiro Ramos and Frantz Fanon

ABSTRACT

This research analyzes the proposals to overcome colonialism elaborated by the Brazilian sociologist and politician Alberto Guerreiro Ramos and by the Martinican-Algerian psychiatrist and philosopher Frantz Omar Fanon. For this, my main sources were the theoretical productions of these authors in the 1950s and early 1960s. Through the skinnerian contextualist method and the comparative approach, I investigate how the authors conceived the colonial situation of Third World countries, especially Brazil and Algeria in the second half of the 20th century. Comparing the two black intellectuals and militants, it can be noted that there are similarities in their theories but also fundamental differences, mainly in their personal trajectories and political positions. While Guerreiro Ramos bet on a state program of socioeconomic development with a popular bias, Frantz Fanon devoted himself to revolutionary doctrines that preached the contraviolece of armed struggle and self-organization as means of social transformation.

Keywords: Latin-american thought; African thought; anticolonial theory; development; violence.

¹ Mestrando em Ciência Política no IFCH/UNICAMP, Campinas, Brasil. Bolsista CAPES. josev.alves.silva@gmail.com

Contextos, trajetórias e teorias

Tanto o sociólogo Guerreiro Ramos (1915-1982) quanto o psiquiatra Frantz Fanon (1925-1961) concebiam os seus respectivos países e continentes em condições similares, a chamada situação colonial do Terceiro Mundo, cuja superação dependeria de uma revolução nacional. Ao comparar as suas teorias, percebe-se que muitas das suas fontes teóricas são as mesmas, como Hegel, Marx, Sartre e Balandier (ORTIZ, 1986, p. 50), além de Césaire. Assim, os dois intelectuais militantes compartilharam referenciais teóricos e políticos em comum, considerados pertinentes à formulação de uma teoria e prática emancipatórias.

Como diria António Sérgio Guimarães,

É Ortiz quem retraça a formação do pensamento de Fanon de acordo com três movimentos intelectuais centrais ao mundo intelectual do pós-guerra na França [...] em conexão com seu estudo sobre o pensamento do Iseb, e descobre as raízes semelhantes do anticolonialismo cultural dos pensadores isebianos (GUIMARÃES, 2008, p. 113).

Guerreiro Ramos foi um dos fundadores do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros). De acordo com Renato Ortiz, em *Cultura brasileira e identidade nacional* (1985), a comparação entre o ISEB e Fanon, identificados em um mesmo “quadro filosófico e sociológico” (ORTIZ, 1986, p. 45), contribui para a compreensão do discurso isebiano e do modo “como a história penetra e estrutura o próprio discurso político” (Ibidem, p. 50), além de ampliar a discussão da problemática do nacional para fora do quadro brasileiro.

Para Ortiz, os intelectuais periféricos retomam os conceitos dos intelectuais europeus em uma perspectiva política própria de superação do problema colonial, principalmente por suas associações aos movimentos nacionalistas, “seja de uma forma reformista como o ISEB ou revolucionária como Fanon” (Ibidem, p. 53-54). Assim, uma perspectiva de esquerda da consciência nacional seria o elemento introduzido por esses intelectuais periféricos ao debate cultural da época; ainda que a abordagem de Fanon seria “mais politizada, pois é escrita no momento da guerra da Argélia” (Ibidem, p. 57).

Nessa esteira, aprofundo aqui a relação entre um isebiano em particular, Guerreiro Ramos, e Frantz Fanon, a fim de examinar as suas formas de conceber a superação da situação colonial através do estudo das semelhanças e diferenças em suas propostas prático-teóricas.

Pela abordagem metodológica da *situação colonial* proposta por Balandier, bem como do *sistema colonial* utilizada por Sartre, Guerreiro e Fanon, buscou-se explorar a situação de crise das relações recíprocas de poder entre colonizadores e colonizados como ponto de sua ruptura, enfatizando a reação dos colonizados em suas condutas de resistência à dominação e de luta por libertação. A partir de intelectuais franceses e das teorias da *alienação* de Hegel e Marx, eles debateram a situação alienada dos povos periféricos e enfatizaram a conscientização e a participação como condições indispensáveis para a descolonização.

Sobre seus referenciais políticos, as lutas de libertação nacional dos países africanos estiveram presentes no pensamento de Guerreiro Ramos, como a Argélia, nomeadamente.² Ele se referiu a importantes teóricos africanos e afro-diaspóricos que discutiram a descolonização, como Aimé Césaire, crítico da hipócrita “tarefa colonizadora” da civilização ocidental (RAMOS, 1996, p. 50), importante poeta martinicano, ensaísta político da negritude e ex-professor de Fanon (FAUSTINO, 2018b, p. 23). Em sua parte, Frantz Fanon fez algumas considerações sobre a situação dos países latino-americanos, inclusive o Brasil, atento à “velha dança das ditaduras” que atormentava a América Latina (FANON, 1968, p. 77).

Importa notar que Guerreiro Ramos e Frantz Fanon fizeram parte da construção da modernidade negra, em diálogo com intelectuais como W.E.B. Du Bois (BARBOSA, 2013, 2015; FAUSTINO, 2018a, 2018b, 2020). Uma das contribuições dos intelectuais militantes da modernidade negra foi envolver uma perspectiva transformadora radicalmente humanista, crítica ao humanismo universalista clássico, formal ou

² Guerreiro Ramos elogiou uma das principais lideranças do movimento de independência argelino, Ferhat Abbas, um dos fundadores da Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN) e primeiro presidente do Governo Provisório da República Argelina. “Nos países em que, em nossa época, se verificam as mais dramáticas descolonizações ou emancipações nacionais”, escreveu Guerreiro, “não existe nacionalismo em tese”, e citando Ferhat Abbas e outros, dizia que eles “jamais fizeram dissertações doutorais sobre o nacionalismo” (RAMOS, 1961, p.135-136), então poderia se dizer que foram nacionalistas em ato.

abstrato, sustentado por uma concepção excludente de humanidade, própria do humanismo burguês de matriz europeia (TRICONTINENTAL, 2020).

Apesar dessas aproximações, as suas interpretações e soluções particulares divergem em pontos cruciais, considerando que as diferenças entre os contextos brasileiro e argelino influem diretamente nas diferenças entre as suas preocupações, ênfases, posicionamentos e formas de atuação políticas. Ou seja, embora as referências políticas e bases teóricas dos dois pensadores periféricos sejam semelhantes, suas respostas ao problema colonial são distintas, elaboradas a partir da análise que eles fizeram da sua própria situação nacional e do conjunto das nações subdesenvolvidas.

Ainda que o colonialismo seja um fenômeno global, as colonizações europeias das Américas e da África não aconteceram ao mesmo tempo, nem da mesma forma. A maioria dos países latinos e norte-americanos havia conquistado sua independência política, ao menos formalmente, na primeira metade do século XIX – no Brasil, em 1822. Posteriormente, as décadas de meados do século XX foram marcadas pelos processos de descolonização formal dos países africanos – na Argélia, em 1962. Portanto, entre os anos de 1950 e 1960, o Brasil era há mais de um século um Estado independente, em processo de desenvolvimento industrial (CRUZ, 2018, p. 222-226), enquanto a Argélia era uma colônia francesa, em processo de luta por sua libertação nacional (HRBEK, 2010, p. 157-166).

Ao mesmo tempo, embora em alguns aspectos se possa diferenciar as situações latino-americanas e africanas, destacadamente a brasileira e a argelina, são justamente as semelhanças entre seus países e continentes, bem como entre as teorias destes autores, que tornam tão interessante e importante esta comparação, entre o sociólogo de longa carreira no setor público e o psiquiatra engajado na revolução argelina.

Vindo de classe média baixa e inserindo-se nos círculos das classes médias baiana e depois carioca, Guerreiro foi ativo na militância política, sobretudo voltada a uma produção intelectual e divulgação científica progressista, fora e dentro de instituições estatais³, depois aproximando-se de movimentos sindicais e partidos políticos de esquerda (OLIVEIRA, 1995). Fanon, por sua vez, de origem de classe média

³ Com seus textos dos anos 1950, *Sociologia do negro, ideologia da brancura e Patologia social do “branco” brasileiro*, Guerreiro se tornou um dos precursores dos estudos da branquitude no Brasil (RAMOS, 1995).

antilhana, deixou a colônia da Martinica, onde fez seus primeiros contatos com o movimento de negritude, para lutar no exército francês contra as tropas nazistas, antes da sua formação na psiquiatria⁴ e do seu engajamento no movimento de libertação argelino em guerra contra a França (FAUSTINO, 2018b).

Entre outras coisas, tais fenômenos e transformações nas conjunturas nacionais e internacionais podem ter afetado os seus investimentos na problematização das relações raciais. Nessa época, o ativismo negro se vinculou aos movimentos anticoloniais, assim como o terceiro-mundismo esteve vinculado a movimentos antirracistas (PRASHAD, 2007). Guerreiro Ramos e Frantz Fanon, por sua vez, comparados a quando se dedicaram mais ao debate racial, no início dos anos 1950, realizaram um relativo deslocamento em suas teorias e práticas políticas; embora sem realizarem uma ruptura absoluta, mas como uma forma de continuidade daquela luta em um enfoque anticolonial. Essa mudança de engajamento correspondeu, entre outras coisas, com o processo da Revolução Cubana (1953-1959) e as Conferências afro-asiáticas de países não-alinhados (Bandung-1955, Cairo-1957, Acra-1958).

De todo modo, considero que as diferentes formas pelas quais esses autores se apropriaram da referência político-teórica que significou o Terceiro Mundo é um tópico exemplar das suas divergências. Na análise de Guerreiro, as lutas de libertação nacional em Cuba, na Argélia, na Guiné, são comprovações de que, no Brasil, em desenvolvimento capitalista desde os anos 1930, o povo teria potencial para dirigir o processo de emancipação nacional e desenvolvimento socioeconômico, mesmo que através de representantes eleitos.

Já na análise de Fanon, as lutas de libertação no Terceiro Mundo corroboram para a capacidade de participação direta dos povos colonizados em todas as dimensões da construção de novas nações. Dessa forma, confrontado com a ênfase de Guerreiro no desenvolvimento brasileiro, os ideais terceiro-mundistas foram preponderantes para o pensamento de Fanon, embora não exclusivamente. Enquanto Guerreiro defendeu uma posição anticolonial mais conciliatória entre as classes sociais brasileiras, Fanon

⁴ A partir dos seus trabalhos de clínica psiquiátrica na França, Argélia e Tunísia, Fanon realizou experimentos e estudos científicos que o posicionaram como um dos precursores da Reforma Antimanicomial (FANON, 2020a).

defendeu uma democratização radical das condições estruturais argelinas e africanas como um todo.

Em sua explicação dessas divergências, Ortiz, a partir da sua leitura dos textos isebianos e fanonianos, faz uma diferenciação entre uma sociedade colonial argelina e uma sociedade civil brasileira, esta constituída por diferentes classes sociais (ORTIZ, 1986, p. 61-65). Assume então que a ausência de uma tal sociedade civil na Argélia justificaria que a violência fosse uma saída revolucionária naquele contexto; ao contrário do Brasil, cuja saída para os isebianos seria posicionar as classes médias progressistas no comando do desenvolvimento. Implicitamente distanciando o Brasil como país em situação colonial e simplificando a interpretação de Fanon sobre a realidade argelina,

A situação colonial se caracteriza pela ausência de uma sociedade civil. [...] A zona intermediária que existe nas sociedades ocidentais, e que serve para amortecer os conflitos, inexistente nas sociedades coloniais. *Dentro deste quadro não há possibilidades para que a luta ideológica se institua, o embate é aberto e violento*, e leva necessariamente à revolução. Nada mais distante do pensamento do ISEB do que uma reflexão sobre a violência (Ibidem, p. 62, minha ênfase).

Porém, penso que se deve ir além da explicação inicial feita por Fanon da violência como geradora de uma oposição antagônica que é fundante do sistema colonial, feita nas primeiras páginas do *Condenados da Terra* (1961), e acompanhar seu desdobramento na análise de uma complexa distribuição da violência; entre outras questões abordadas em torno do problema colonial. Pois, a diferença da proposta isebiana em relação à de Fanon não se resume à ênfase deste último no caráter violento da situação colonial e consequentemente da luta anticolonial, ainda que de fato seja uma discussão ausente nos textos de Guerreiro.

Minha perspectiva se aproxima à de Deivisson Faustino (2020, p. 115), que distingue as “posições nacionalistas e populistas” dos isebianos ao horizonte fanoniano de solução do problema colonial via “práxis revolucionária”. Por outra, dir-se-ia que o projeto de Guerreiro de uma democracia representativa se opõe à aposta de Fanon em uma atuação política e teórica amplamente participativa – no que se refere aos processos de libertação e construção nacionais –, interpretação esta que será analisada neste artigo. Nas próximas seções, abordarei primeiro como os dois autores compartilharam a

percepção e convicção de que viviam tanto uma crise da situação alienada das colônias quanto o fenômeno do advento do povo na correlação de forças políticas. Depois, explicarei a filiação intelectual desses autores às prerrogativas do nacionalismo internacionalista. A partir disso, vou discutir como os conceitos de povo e revolução foram mobilizados em suas teorias.

A crise da situação colonial e a alienação do povo colonizado

Em meados do século passado, era comum estudiosos interpretarem a realidade dos países subdesenvolvidos com negligência ao aspecto político-ideológico, acompanhada de uma visão simplificadora, puramente econômica, ou quando não, biológica, ou climática etc. Assim, desresponsabilizavam o povo europeu e culpavam os colonizados e colonizadas pela sua miséria, além de defenderem a estagnação como condição essencial dessas regiões (CÉSAIRE, 1978, p. 40-50; FANON, 2008, p. 85-93; RAMOS, 1960, p. 53). Por isso, havia a necessidade de investigar a colonização a partir de uma perspectiva ampla, em suas diferentes formas de dominação, além das variações de acordo com o local e a situação geral da época.

Pela abordagem do *sistema colonial* (SARTRE, 1968) e, sobretudo, pela proposta metodológica da *situação colonial* (BALANDIER, 2014), concebia-se o colonialismo em uma perspectiva globalizante. Por situação colonial designavam a totalidade estruturante das relações de poder sob dominação étnico-racial que constitui o fenômeno do colonialismo (Ibidem, p. 53-55). De acordo com esse método de investigação das relações recíprocas entre sociedades colonizadoras e sociedades colonizadas, são as crises em tais relações que indicam os pontos de ruptura com o sistema colonial. Ainda, qualquer estudo das relações coloniais deveria levar em conta as diversas reações das colonizadas, suas adaptações, recusas, inovações, seus pontos de resistência e subversão do sistema (Ibidem, p. 36-37).

Segundo Guerreiro Ramos (1960, p. 52-53), o caráter dinâmico de toda realidade nacional implica em configurações sócio-históricas diversas e complexas, assim constituindo “um fenômeno total, cujos ingredientes, geográficos, biológicos, econômicos, sociais, políticos, psicológicos, se compenetraram num esforço coletivo que

incessantemente se supera a si próprio”. Conhecer a realidade nacional dependeria dessa abordagem globalizante, porque, conforme declarava, “é a visão do todo que condiciona a compreensão das partes” (Ibidem, p. 85). No seu escopo geral, o sociólogo brasileiro defendeu a prioridade do fator político, como na tarefa de elaboração ideológica da programação econômica e na participação política das massas (Ibidem, p. 23-24, 181, 235).

Por sua vez, essa mesma perspectiva pode ser observada na abordagem de Frantz Fanon (1968, p. 37), que criticava que o intelectual colonizado “nem sempre vê o todo”, perdendo de vista “a unidade do movimento”. Para o intelectual orgânico da revolução argelina, a luta de libertação nacional deveria estar vinculada à “exigência de um reexame integral da situação colonial” (Ibidem, p. 27) e, desde então, da decisão de “destruir todos os obstáculos encontrados no caminho” (Idem). Segundo o autor:

A descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é, está visto, um *programa de desordem absoluta*. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um acordo amigável. A descolonização, sabemos-lo, é um processo histórico, isto é, não pode ser compreendida, não encontra a sua inteligibilidade, não se torna transparente para si mesma senão na exata medida em que *se faz discernível o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo* (Ibidem, p. 26, minha ênfase).

Na sua análise geral, ele também defendeu a importância do fator político, tanto em relação à necessidade da independência política das colônias africanas quanto à organização, politização e democratização do movimento anticolonial.

Naquela conjuntura de crise do mundo colonial pós-Segunda Guerra, “para trazer ao plano da reflexão o que nos condicionava, sem que disso tomássemos consciência”, justificou Guerreiro (1960, p. 88), “nenhum momento é mais propício do que o crítico”. Não só estudando, mas “vivendo profundamente a crise brasileira” se poderia “ganhar em lucidez e compreendê-la” (Idem) e, com isso, encaminhar soluções nacionais. Já Fanon (1968, p. 56), embora reconheça na *contraviolência* uma solução para a violência colonial, diria que “todo o mundo está consciente desta violência e que a questão nem sempre consiste em responder a ela com uma violência maior, mas antes em ver como esvaziar a crise”.

No Brasil, a emergência do povo como nova categoria histórica, manifestada sobretudo nas eleições presidenciais de 1945, 1950, 1955 e 1960, expressava uma contradição entre as suas aspirações e a condução do país dirigida pelas elites políticas. Conforme Guerreiro examinou, essas contradições configuravam uma crise do poder nacional causada pela falta de representatividade governamental e partidária, ponto central da crise brasileira. Por isso, na *Crise do poder no Brasil* (1961) o sociólogo avaliou que,

Do surgimento do povo como agente ativo do processo político resulta dupla exigência: a de reformar o Estado e as instituições político-administrativas, para que se ajustem ao caráter multifuncional contemporâneo da estrutura econômica, e a de elaborar a pertinente equação teórica da época, pois sem ela não se habilitarão os quadros dominantes a conduzir os acontecimentos com o mínimo de sistematicidade necessária para merecerem o qualificativo de dirigentes (RAMOS, 1961, p. 46).

No caso da Argélia, diante da insistência francesa em recusar sua independência, o movimento argelino passou a enfrentar o exército francês também na capital da colônia, confronto conhecido como Batalha de Argel, além de realizar atentados na metrópole francesa. Exilado na Tunísia desde 1957, Fanon (1980, p. 63-179) demonstrava em seus escritos que, apesar das baixas proporcionadas pela Batalha e a intensificação dos conflitos da guerra colonial⁵, os argelinos estavam confiantes na conquista da libertação argelina. Para o psiquiatra, a crise só se esvaziaria quando a soberania nacional fosse entregue ao povo colonizado, pois, como defenderia nos seus três artigos de dezembro de 1957 para o *El Moudjahid*, o jornal da FLN, série intitulada *Os intelectuais e os democratas franceses perante a Revolução Argelina*, qualquer posição democrática deveria reconhecer que

O colonialismo é a organização da dominação de uma nação após a conquista militar. A guerra de libertação não é um pedido de reformas, mas o esforço grandioso de um povo, a quem mumificaram, para reencontrar o seu gênio, para retomar em suas próprias mãos a sua história e instalar-se como soberano (Ibidem, p. 93).

⁵ O estopim da Guerra da Argélia, também conhecida como Revolução Argelina (1954-1962), foi uma insurreição armada promovida por movimentos argelinos articulados em grupos de guerrilha, cujos combatentes contavam com o importante apoio da população civil (HRBEK, 2010, p.160-161).

Por conseguinte, Guerreiro e Fanon igualmente compreendiam que essa situação colonial gestada pelos povos europeus produz a *alienação* dos povos colonizados – assim como a dos colonizadores. Em termos gerais, a alienação implica uma interdição objetiva e subjetiva das virtualidades intelectuais, psicológicas, sociais, econômicas, políticas e culturais de uma pessoa ou grupo social. Na década de 1950, os trabalhos dos intérpretes franceses do hegelianismo e as recém traduzidas obras do jovem Marx foram recuperados por ambos os autores e aplicadas à realidade na qual estavam inseridos, a fim de elaborarem uma teoria da alienação colonial (KOJÈVE, 2002; MARX, 2010). “Ao tratarem a situação colonial em termos de alienação”, explica Ortiz (1986, p. 53-54, 59, minha ênfase), “imediatamente eles podem conceber a sua contrapartida, o processo de *desalienação* do mundo colonizado”.

Um dos caminhos percorridos pelo sociólogo brasileiro foi por via da crítica ao caráter alienado das ciências sociais, que naturalizavam teorias “elaboradas nos países centrais”, solapando “as contradições da sociedade brasileira” (OLIVEIRA, 1997, 2006, p. 189; BARIANI, 2006, p. 87). Como afirmava, “víamos a nossa realidade através de interpretações importadas. E o hábito secular de consumir ideias e interpretações pré-fabricadas viciou o espírito de nossas camadas instruídas” (RAMOS, 1960, p. 243). Assim como a dialética hegeliana explicaria em relação ao escravo alienado, Guerreiro compreendia que, “pela alienação, esta sociedade é induzida a ver-se a si mesma segundo uma óptica que não é a própria, modelando-se conforme uma imagem de que não é sujeito” (Ibidem, p. 93).

Por sua vez, entendia que “os trabalhadores são hoje no Brasil a classe mais avançada, porque portadora de mais vigorosa consciência dos seus interesses do que as outras. É, assim, o mais sólido suporte da luta pela emancipação nacional” (Ibidem, p. 238). Reivindicava então o potencial de emancipação e contribuição social do trabalhador, pois, “transformando diretamente pelo trabalho a realidade material do País, educa-se e habilita-se para oferecer os apoios que carece o movimento emancipador brasileiro” (Idem). Para isso, seria preciso um trabalho de politização, compreendendo uma consciência política anticolonial como condição necessária para nossa emancipação. “A tomada de consciência por parte de um povo, da sua situação

colonial”, dizia, “é indício de que já se esboçaram possibilidades concretas para superar essa situação” (Ibidem, p. 54).

Nesse sentido, a autonomia da nação surgiria a partir da conscientização coletiva do povo acerca da sua condição de país subdesenvolvido (CRUZ, 2005, p. 131). Foi dessa perspectiva que Guerreiro havia formulado os princípios de um método de assimilação crítica das contribuições teóricas estrangeiras e de teorização acerca da própria condição nacional, chamado de *Redução Sociológica* (1958). Consequentemente, a soberania também exige a elaboração de critérios próprios, táticos e estratégicos, pautados na vontade do povo, isto é, no interesse coletivo de uma “comunidade ideologicamente esclarecida” (RAMOS, 1960, p. 217), através da indução da sua realidade e de modo eminentemente dinâmico.

Por sua parte, Fanon também discutiu a alienação colonial sob condições psicológicas e materiais reivindicando a conscientização. Para o psiquiatra argelino, “não triunfamos numa guerra nacional, não derrotamos a terrível máquina do inimigo, não transformamos os homens se esquecemos de educar a consciência do combatente” (FANON, 1968, p. 111). Ele criticava a alienação dos intelectuais colonizados e enfatizava o aspecto socioeconômico do conflito racial. Segundo Fanon, “a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais” (idem, 2008, p. 28). De tal maneira, havia introduzido que “só haverá uma autêntica desalienação na medida em que as coisas, no sentido o mais materialista, tenham tomado os seus devidos lugares” (Ibidem, p. 29).

Em seus escritos, Fanon entendia que o processo de descolonização dos povos periféricos acarretaria no processo de desalienação da própria humanidade como um todo. Para ele, “a descolonização é verdadeiramente criação de homens novos” (Fanon, 1968, p. 26-27), ou seja, a superação colonial estabeleceria uma nova humanidade. Não obstante, a criação de pessoas novas e libertas recebe sua legitimidade “no processo mesmo pelo qual [o colonizado] se liberta” (Idem). Então, a humanização do colonizado exige sua libertação da opressão colonial e, por isso, “no instante mesmo em que descobre sua humanidade, começa a polir as armas para fazê-la triunfar” (Ibidem, p. 32).

Nesse sentido, os colonizados engajados no movimento de libertação nacional se transformaram e foram transformados na e pela luta revolucionária. A

conscientização ocorria junto com a apropriação pelo sujeito colonizado dos meios de combate ao colonialismo (ZAHAR, 1976). Conforme descreveu,

Ao cabo de anos e anos de irrealismo, depois de ser espojado na companhia dos mais espantosos fantasmas, o colonizado, de metralhadora portátil em punho, defronta enfim com as únicas forças que lhe negavam o ser: as do colonialismo. [...] O colonizado descobre o real e transforma-o no movimento de sua práxis, no exercício da violência, em seu projeto de libertação (Ibidem, p. 44).

Quanto mais os colonizados e colonizadas lutavam, mais se libertavam das suas amarras mentais que os prendiam aos valores ocidentais e os mistificavam em relação à sua própria realidade social, econômica, sua cultura, sua história (Ibidem, p. 32-39). As massas colonizadas se emancipavam através da luta política, pois “a práxis que as lançou num corpo-a-corpo desesperado confere às massas um gosto voraz do concreto. A empresa da mistificação torna-se, a longo prazo, praticamente impossível” (Ibidem, p. 74).

É importante ressaltar que os dois autores defenderam a participação na política, tanto a dos intelectuais quanto a das massas, como parte do processo de desalienação. A noção de responsabilidade, que sustenta o conceito filosófico de *engajamento* do existencialismo (SARTRE, 2009), pode ser vista como fundamento do senso de urgência e da exigência do engajamento político, preconizados por estes dois teóricos militantes. Em seus textos, Guerreiro urgia pela preparação da revolução brasileira, elaborando uma teoria organizatória para estabelecimento da soberania nacional. Defendia que “não há outro meio de conhecer a realidade social senão participando dela” (RAMOS, 1960, p. 84).

Por sua vez, Fanon depositava suas esperanças na luta anticolonial africana e na revolução argelina, indicando a falta de participação popular como um dos obstáculos à conquista da independência, isto é, da autodeterminação. Como dizia, “o importante não é que trezentas pessoas concebam e decidam mas que *a totalidade, ainda que ao preço de um tempo duplicado ou triplicado, compreenda e decida*” (FANON, 1968, p. 158-159, minha ênfase). Assim sendo, a desalienação também deveria ser encarada como um processo coletivo de arregaçar as mangas, como na conhecida expressão de Guerreiro, ou, na expressão de Fanon, polir as armas. Em síntese, ambos investiram na participação

e conscientização políticas populares como condições indispensáveis para uma verdadeira descolonização.

O nacionalismo internacionalista do Terceiro Mundo

Como mencionado na introdução do artigo, diversos intelectuais e militantes da modernidade negra fizeram parte da construção da plataforma política conhecida como *Terceiro Mundo*, articulada por líderes e movimentos políticos de diferentes países periféricos, que convergia as lutas transnacionais contra o racismo e o colonialismo, contra o imperialismo e o neocolonialismo (PRASHAD, 2007). Guerreiro Ramos e Frantz Fanon se envolveram nesse debate e embate contra a situação colonial dos países subdesenvolvidos.

Nesse ínterim, os dois autores se distanciaram de uma militância e teoria direcionadas predominantemente para o conflito étnico-racial – principalmente Guerreiro –, ao se engajarem, de formas diferentes, na luta anticolonial de libertação nacional⁶. Para eles, o nacionalismo foi um instrumento político-teórico utilizado como forma de insurgência contra a opressão colonial. Embora as suas discussões étnico-raciais já envolvessem o problema da colonização, ao longo dos anos 1950 e principalmente depois de 1955 – época na qual Guerreiro se vinculou ao ISEB e Fanon à FLN – a tônica se tornou outra (RAMOS, 1995; RAMOS, 1960; RAMOS, 1961; FANON, 2008; FANON, 1980; FANON, 1968).

A guinada nacionalista desses intelectuais militantes foi motivada pela situação de subdesenvolvimento de países periféricos como o Brasil e a Argélia, provocada e proporcionada por fatores externos e internos. Diante da crise europeia pós-Segunda Guerra, a dimensão nacional de seus pensamentos estava em sintonia com a intensificação dos movimentos de libertação nacional dos países e povos do Terceiro Mundo (DOMINGOS, 2008; FAUSTINO, 2018b). Internamente, diversos segmentos do Brasil percebiam os efeitos da industrialização e da política social e trabalhista desde a Era Vargas (CRUZ, 2018); enquanto o conflito na Argélia se acirrava até o estopim da

⁶ Que este deslocamento de enfoque do problema racial para o nacional tenha sido realizado por Guerreiro, não só por Fanon, não foi mencionado por Ortiz (ORTIZ, 1986, p.54-55; BARBOSA, 2013, 2015).

guerra colonial, guerra de reconquista para os franceses, e de libertação para os argelinos⁷ (FAUSTINO, 2020).

No pensamento brasileiro, visto que o nacionalismo dos anos 1920 e 1930 foi marcadamente conservador, o surgimento de um nacionalismo popular nos anos 1950 e 1960 representou uma importante variante ideológica, marcada pela vinculação entre desenvolvimento industrial e luta por justiça social (CRUZ, 2018, p. 211, 218, 220-221). Com a criação do ISEB em 1955, surgiu a principal agência de formulação ideológica do nacionalismo popular, produzindo e divulgando uma alternativa política de esquerda ao nacionalismo conservador, bem como ao internacionalismo comunista.

De acordo com Guerreiro, o movimento emancipador brasileiro, além de democrático, de esquerda, dirigido pelo povo através da sua vanguarda e de forma a transcender a realidade de classe, deveria ser também nacionalista,

No sentido de que não deve obediência a nenhuma diretriz estranha ao meio brasileiro. [...] É universalista, pois não considera o nacionalismo um fim, mas tão somente um meio, admitindo ampla colaboração entre os povos, desde que sem detrimento de suas prerrogativas de soberania (RAMOS, 1960, p. 247).

Para o nacionalismo popular, portanto, “a busca do desenvolvimento como condição da soberania nacional tinha como implicações a ruptura com o lugar ocupado pelo país no sistema capitalista mundial e com a dominação oligárquica no plano interno” (CRUZ, 2018, p. 218). Diferenciando os países da periferia latino-americana, Guerreiro (1960, p. 38, 61) pensava que apenas para alguns países como o Brasil, por sua matriz econômica de cunho nacional, haveria a possibilidade real de participar de “uma terceira posição empírica ou tópica”. Dessa perspectiva, o desenvolvimento nacional brasileiro poderia ser vislumbrado pela parte explorada do povo em sua luta pela emancipação em relação à subordinação estrangeira e pela socialização dos recursos nacionais.

Em 1958, houve uma “disputa entre Jaguaribe e Ramos em torno da questão dos investimentos estrangeiros” (CRUZ, 2018, p. 219), que levou ao desligamento dos dois

⁷ De acordo com Rodrigo Araujo (2017, p.411), “o problema argelino reunia por si só os principais problemas da França contemporânea e trazia à tona um debate próprio à sociedade francesa, contribuindo para reabilitar tanto o ultraconservadorismo das elites quanto o humanismo da Revolução de 1789”.

intelectuais do ISEB. Ao ser desvinculado do Instituto, “o pensamento e a atuação político-nacionalista de Guerreiro sofre uma inflexão à esquerda”, envolvendo-se mais no “debate terceiro-mundista” e se aproximando de uma “perspectiva socialista não marxista”, além de “produzir cada vez mais segundo uma lógica de intervenção pública motivada pela militância política” (LYNCH, 2015, p. 27, 29).

Para Fanon (1968, p. 52), o nacionalismo possibilita que a nação seja nomeada no pensamento africano, de modo que “as reivindicações dos colonizados recebem assim uma forma”, que é a exigência mínima da luta, pois seria por meio da forma nacional que o povo começa a se orientar fora da ordem colonial. Com seu engajamento na Guerra de Independência em 1955, a sua atuação política se radicaliza através da experiência direta da luta de libertação argelina, em colaboração prática e teórica com a FLN, inclusive como embaixador e porta-voz do movimento argelino em missões externas e eventos transnacionais (ZAHAR, 1976, p. 9-11; FAUSTINO, 2018b).

Ao mesmo tempo, assim como Guerreiro também havia feito, Fanon discutiu o reformismo e peleguismo de intelectuais e políticos dos partidos nacionalistas, ainda que tais partidos introduzissem “fermentos de subversão” na consciência do povo (FANON, 1968, p. 52). Em sua crítica aos intelectuais colonizados,

Pode acontecer que a descolonização se efetue nas regiões que não foram suficientemente abaladas pela luta de libertação e que se encontrem aí os mesmos intelectuais ladinos, astutos, ardilosos. [...] mimados ontem pelo colonialismo, *hoje pela autoridade nacional*, eles organizam a pilhagem dos poucos recursos nacionais (Ibidem, p. 36, minha ênfase).

Ainda assim, a luta de libertação nacional, primeira fase da descolonização total (idem, 1980), não deveria se guiar por palavras de ordem abstratas como “poder ao proletariado”, mas ser conduzida “antes de mais nada com base em palavras de ordem nacionalistas” (idem, 1968, p. 45). Pois, a nação seria um signo ou forma conveniente de agregação das forças populares em torno de um objetivo comum, cujo conteúdo anticolonial pode ser disputado pelos movimentos progressistas.

Mas em comparação ao sociólogo brasileiro, cuja ênfase se encontrava no desenvolvimento nacional do Brasil, o psiquiatra argelino destacou que

Cada nacionalista africano tem essa obsessão de conferir constantemente uma dimensão africana à sua ação. [...] O inimigo do Africano sob dominação francesa não é o colonialismo exercido nos limites estritos da sua nação, mas são as formas do colonialismo, são as manifestações do colonialismo, seja qual for a bandeira à sombra da qual este se exerça e domine” (idem, 1980, p. 206).

Logo, se “a luta pela liberdade e pela independência nacional está dialeticamente ligada à luta contra o colonialismo em África” (Idem), o nacionalismo das revoluções africanas precisaria se pautar também em um anticolonialismo de dimensões continentais.

O povo colonizado e a revolução nacional

Em processo de desenvolvimento capitalista desde 1930, como já mencionado, as propostas do sociólogo isebiano estavam vinculadas à situação econômica do Brasil (CRUZ, 2018, p. 222-226). Com isso, Guerreiro Ramos apostava em um programa de desenvolvimento nacional por meio da substituição de importações e da industrialização e expansão do mercado interno (OLIVEIRA, 1997, p. 11).

Os fatores fundamentais que constituem a infraestrutura dos movimentos e dos esforços de teorização política de 1930 a 1937 (a diferenciação social das classes pela expansão industrial e a reorientação da economia brasileira no sentido de um amplo mercado interno e, portanto, anticolonial) tornam-se cada vez mais ponderáveis de 1937 até os dias presentes (RAMOS, 1995, p. 97).

Para Guerreiro, “na fase em que se encontra o Brasil, autodeterminação é sinônimo de desenvolvimento econômico” (idem, 1960, p. 42). Ademais, ele reivindicava que os interesses populares deveriam conduzir esse processo, pois,

Graças ao nível de consciência de seu papel, já adquirido, passou a pretender interferência ativa no desenvolvimento econômico. Este fato mudou a natureza do fenômeno. A massa foi promovida à esfera empresarial do desenvolvimento. Ou melhor, a programação deste não obedece mais ao só arbítrio das minorias. Os quadros que o executam só têm autoridade para tanto, enquanto se conduzem como delegados das aspirações da massa (Ibidem, p. 183).

Então, se “o povo é hoje o dirigente do processo brasileiro, não pode realizar esta função de modo direto, senão em momentos extraordinários” (idem, 1960, p. 245).

Ordinariamente, as massas agiriam através da sua vanguarda, considerada como a *consciência militante* do povo, bem como dependente como seu alicerce de um “movimento emancipador popular” (Ibidem, p. 245-247). A composição majoritária dessa vanguarda seria de trabalhadores, mas também incluiria elementos oriundos de outras classes e categorias; como empresários industriais, comerciais e agrícolas, quadros técnicos profissionais e de outros elementos da pequena burguesia, militares, estudantes e intelectuais.

Tal processo de desenvolvimento deveria promover o capitalismo brasileiro, porque, conforme explicava, “a emergência de um capitalismo nacional suscita transformações qualitativas não só econômicas, mas sociais, políticas e culturais” (Ibidem, p. 64-65). Portanto, Guerreiro compartilhava convicções na participação popular em um aparelho estatal democrático, propondo a industrialização do mercado nacional e da nacionalização ideológica da programação econômica como meio de realizar a revolução brasileira.

Por outro lado, Frantz Fanon esteve em contato com a realidade de países formalmente colonizados. Grande parte dos povos africanos estava lutando contra a ocupação colonialista de seus territórios. Assim, ele descrevia “o mundo colonial como maniqueísta, dualista, separado entre dois polos antagônicos que se excluem” (ORTIZ, 1986, p. 57), cujo instrumento mais direto de dominação é a “imposição da violência” (FONSECA, 2015, p. 7). Por isso, um meio indispensável à supressão da “violência planetária” (FANON, 1968, p. 61) seria o uso das forças revolucionárias de libertação contra o colonialismo. Conforme Fanon argumentava, “a colonização ou a descolonização – trata-se simplesmente de uma relação de forças. O explorado percebe que sua libertação pressupõe todos os meios e desde logo a força” (Ibidem, p. 46).

Essa reivindicação deriva da sua concepção de colonialismo: “não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior” (Idem). Haja vista a repressão direta do colonialismo francês na Argélia por meio da presença civil e político-militar, Fanon assumia que “a única forma de superar a violência do colonialismo é utilizando-se também da violência” (FONSECA, 2015, p. 12), pela luta armada e outras formas de

confronto direto. Ou seja, a eliminação da violência depende da superação do sistema colonial pela *contraviolência* (FANON, 1968, p. 70).

Junto a esta perspectiva, ele reivindicava que o movimento anticolonial deveria ser estrategicamente organizado, pois “fora disso, não há senão voluntarismo cego com as eventualidades terrivelmente reacionárias que comporta” (Ibidem, p. 42), impondo a necessidade de “negar o movimento enquanto sublevação, transformando-o assim em guerra revolucionária” (Ibidem, p. 111). Então, “para o homem engajado”, como Fanon compreendia, “há urgência de decidir dos meios e da tática, isto é, da conduta e da organização” (Ibidem, p. 42). Tornando-se menos efetivo como instrumento de libertação, um movimento desorganizado e/ou elitizado conduz ou permite que a reação violenta dos colonizados se volte contra os próprios colonizados, ao invés de se converter em uma força antissistema contra a opressão.

Além disso, julgava que os principais agentes da descolonização seriam o núcleo de militantes radicais, que “constitui o organismo político embrionário da insurreição” (Ibidem, p. 117); o campesinato, que “nada tem a perder e tem tudo a ganhar” (Ibidem, p. 46) na luta contra o colonialismo; e o lumpemproletariado, “fração do campesinato bloqueada na periferia urbana” (Ibidem, p. 106), que, assim como os próprios camponeses, “constitui uma das forças mais espontaneamente e mais radicalmente revolucionárias de um povo colonizado” (Idem). Portanto, Fanon defendeu a contraviolência e a auto-organização dos movimentos populares como condições da revolução argelina e africana em geral.

Em seus termos, ele também defenderia propostas econômicas similares à de Guerreiro, vide sua discussão sobre os percalços no período pós-independência. Porém, nos países africanos, um pleno desenvolvimento socioeconômico pela industrialização e nacionalização era inviabilizado pela intervenção direta de países europeus, suas burguesias metropolitanas, o sistema de embargos e as convenções neocolonialistas (Ibidem, p. 124, 147-148); isto é, muito mais inviabilizado do que, para Guerreiro, parecia ser o caso na situação brasileira, sob a emergência de um capitalismo nacional (RAMOS, 1960, p. 61-63).

De todo modo, ao contrário de Guerreiro, Fanon se revelou extremamente cético tanto em relação à possibilidade de um desenvolvimento capitalista

independente, quanto ao papel da burguesia no processo de construção da nação. Conforme afirmava:

Depois da independência essa burguesia subdesenvolvida, numericamente reduzida, sem capitais, que recusa a rota revolucionária, vai lamentavelmente estagnar-se. [...] Nos países subdesenvolvidos a fase burguesa é impossível. Haverá certamente uma ditadura policial, uma casta de aproveitadores, mas a elaboração de uma sociedade burguesa revela-se fadada ao malogro (FANON, 1968, p. 125, 143).

Portanto, a partir das situações africanas mas também latino-americanas, Fanon entendia que a condução capitalista por uma burguesia colonizada conduziria inevitavelmente os países do Terceiro Mundo à manutenção do colonialismo.

Além disso, embora ambos fossem socialistas e concordassem que o povo deveria conduzir a sua emancipação, eles divergiam em relação ao protagonismo no interior do conjunto do povo. Para Guerreiro (1960, p. 237-238):

Os trabalhadores do campo, nas condições prevalecentes, são contrapeso das lutas trabalhistas urbanas, oferecendo, como eleitores conduzidos e cidadãos pouco iniciados na consciência de direitos civis, a base social de que necessitam as secções capitalistas mais antigas.

Contudo, Fanon (1968, p. 44-46, 90-91) não apostava no proletariado urbano e industrial, tanto por ser demograficamente inexpressivo e socialmente privilegiado nos países africanos, quanto por seu frequente comprometimento político com a ordem colonialista. Para ele, junto com o lumpemproletariado, que “amontoam-se nas favelas” (Ibidem p. 93) formando a “ponta de lança urbana” (Ibidem, p. 106) da insurreição, o campesinato representaria “as únicas forças espontaneamente revolucionárias do país” (Ibidem p. 101), por ser o que “mais depressa descobre que só a violência compensa” (Ibidem, p. 46), além de permanecer disciplinado a uma estrutura social “comunitária” (Ibidem, p. 93).

Por fim, para Guerreiro, a condição marginal que acarreta a falta de consciência e outros recursos torna a contribuição de determinados grupos sociais menos promissora em uma revolução nacional; enquanto, para Fanon, a opressão que suportam

os grupos mais oprimidos e resgata suas tradições solidárias implicaria em sua maior disposição na transformação radical do sistema colonizador.

Comparada ao problema da violência, esta qualificação da participação política no debate anticolonial não é uma questão lateral à obra de Fanon. Desde seus primeiros escritos, o apelo à ação esteve presente no pensamento fanoniano, como se revela com a publicação da sua peça escrita em 1949, *O olho se afoga*, onde diria através do personagem Lucien, “quando as palavras se encrespam de pelos, resta apenas um recurso: a ação” (idem, 2020b, p. 97). Em *Pele negra, máscaras brancas* (1952), concluiu o último capítulo convocando para que se conduza “o homem a ser *acional*, mantendo na sua esfera de influência o respeito aos valores fundamentais que fazem um mundo humano” (idem, 2008, p. 184). E a mesma preocupação fazia parte da sua carreira psiquiátrica, na qual buscou “ajudar o paciente a reconstruir sua personalidade” criando “uma abertura ao mundo no contexto hospitalar, em que o paciente desempenharia um papel ativo ao longo do dia” (KHALFA, 2020, p. 40). Portanto, o problema da ação e logo o da participação, do engajamento, que se anexa ao da organização, também precisa ser centralizado para uma maior compreensão da sua obra.

Esses debates, por sua vez, sobre a atuação do povo no processo de transformação social, reverberam na questão do caráter da revolução nacional defendido pelos dois autores. Como parâmetro para essa discussão, irei contrastar duas definições de revolução, uma elaborada pelo próprio Guerreiro, outra pelo sociólogo paulista Florestan Fernandes. Em *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963), o sociólogo baiano traz a seguinte definição de *revolução*:

O momento, subjetivo e objetivo, em que uma classe ou coalizão de classes, em nome dos interesses gerais, segundo as possibilidades concretas de cada momento, modifica ou suprime a situação presente, determinando mudança de atitude no exercício do poder pelos atuais titulares e/ou impondo o advento de novos mandatários (RAMOS, 2016, p. 62).

A partir disso, Guerreiro analisou quatro princípios da revolução: princípio da “práxis” (a revolução não é uma questão abstrata, mas determinada pela prática); princípio de limites (a revolução envolve um conjunto limitado de possibilidades objetivas, compatível com a criação de novas possibilidades pela iniciativa

revolucionária); princípio da classe social (os destinatários da revolução são os interesses das classes empenhadas na transformação da ordem vigente, sendo que as revoluções contemporâneas só se realizam quando expressam as necessidades das massas); e o princípio da totalidade (toda revolução implica na modificação ou supressão de uma dada realidade social, de acordo com o imperativo de adequação às condições estruturais econômicas) (Ibidem, p. 62-74).

Aplicada à situação do Brasil, sua definição é coerente com as prerrogativas defendidas na *Crise do poder*, livro que “aspira à revolução nacional brasileira”, propondo que seu modelo “será necessariamente inédito. Fogem assim a domesticações à distância. Não será soviético. Não será chinês. Não será cubano” (idem, 1961, p. 17). Nesse processo de formulação dos princípios da revolução brasileira, reconhecia “a necessidade de constituir dispositivo político-parlamentar, representativo de uma frente única, com o propósito de efetivar os projetos e providências de alcance popular” (Ibidem, p. 137), não ser apenas uma “revolução da palavra” (Idem). Nesse sentido havia criticado os nacionalistas de cátedra, por serem “tão pusilânimes na ação, quanto arrebatados na fraseologia” (idem, 1960, p. 251).

Em termos de limites possíveis da situação brasileira, julgava que as condições objetivas da revolução tenderiam para uma emancipação nacional através da industrialização, enquanto as condições subjetivas já estavam se formando. Havia um povo em formação incipientemente disposto a demonstrar sua vontade através das urnas e de organizações institucionalizadas, junto de sua vanguarda. Assim, apelou à conciliação entre os diferentes setores sociais, pela necessidade urgente da “promoção de entendimentos de pessoas, grupos, círculos, associações partidárias” (Ibidem, p. 137), para que efetivamente as reivindicações não fossem “apenas enunciadas ou propostas, mas cumpridas em toda a linha” (Idem).

A transformação que ele reivindicava era global, modificando as relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Nesse processo, a vanguarda do povo organizada em partidos seria responsável por “*eleva a massa à consciência global do processo*” e fazer “referência de toda luta episódica à totalidade” (Ibidem, p. 83-84), conciliando os interesses populares com a participação da burguesia. Enfim, como tem sido demonstrado, ele defendeu um desenvolvimento industrial capitalista para o Brasil

como um dos eixos centrais do seu projeto nacionalista popular. Então, em sua análise, “a revolução brasileira em marcha em nossos dias é eminentemente uma revolução burguesa” (idem, 1960, p. 215).

Contudo, além desses elementos, existem outros dois que poderiam ser discutidos para balizar a definição de revolução, se comparada à concepção fornecida por Florestan Fernandes em seu livro sobre *O que é revolução* (1981). Desinteressado de um “debate terminológico” sobre a revolução, Fernandes (1984, p. 7-8) afirma que “há pouca confusão quanto ao seu significado central: mesmo na linguagem de senso comum sabe-se que a palavra se aplica para designar mudanças drásticas e violentas da estrutura da sociedade”. Aqui aparece, portanto, o primeiro elemento ausente dos princípios revolucionários de Guerreiro: o reconhecimento do caráter violento da revolução.

Ainda, se encontra também outra ênfase sobre os protagonistas das revoluções, justamente aqueles que, para Fanon, são os que mais depressa descobrem que só a violência compensa: nas “Nações-proletárias”, como Fernandes denominou, as revoluções são:

Iniciativas das classes despossuídas e trabalhadoras: os condenados da terra têm o que fazer, e se eles não fazem, a história estaciona (isto é, o capitalismo não gera dividendos que interessem e aproveitem à Nação como um todo). [...] Quem faz a revolução é a [...] parte proletária do Povo e daqueles que, não sendo proletários, identificam-se politicamente com o proletariado na destruição das formas burguesas de propriedade e de apropriação social. [...] As ‘grandes esperanças’ da Humanidade estariam nos confins da periferia, entre os mais pobres e deserdados da Terra! (Ibidem, p. 10-11, 25, 46).

Em seu panorama, o recurso à violência burguesa é uma necessidade do sistema capitalista, pois sem isso a democracia burguesa não é forte o suficiente para sustentar a dominação e exploração do povo (Ibidem, p. 50; CATANI, 1982). Mas, por sua vez, o povo reagiria com a *contraviolência* dos proletários e oprimidos, descrita como elemento essencial da forma proletária da luta de classes, diametralmente oposta às bases econômicas, sociais e políticas da forma política capitalista (Idem).

Com efeito, o segundo elemento ausente dos princípios de Guerreiro seria o caráter anticapitalista e antiburguês da revolução. Para Fernandes, “sob o capitalismo e

dentro do capitalismo a revolução de sentido histórico se dá contra a sociedade burguesa e o seu Estado democrático-burguês” (Ibidem, p. 14). Logo, uma revolução que “nega a ordem existente em todos os níveis e de modo global” só poderia ser uma “revolução proletária e socialista” (Idem). Como visto, tal formulação se aproxima mais das concepções de Fanon do que das de Guerreiro, ainda que, para o sociólogo brasileiro, o capitalismo de Estado, “do ponto de vista formal, pode ser confundido com o socialismo” (RAMOS, 1960, p. 89).

Considerações finais

Em termos de trajetória pessoal, Guerreiro Ramos é o intelectual isebiano cuja comparação com Frantz Fanon considero mais interessante. Para Muryatan Barbosa (2015, Orelha do livro), Guerreiro “foi o nosso Fanon possível”, alcunha instigante para esta pesquisa. Os dois conceberam a situação colonial dos países subdesenvolvidos como um sistema amplo, complexo e interligado por diversos aspectos estruturais; cuja abordagem globalizante, com foco em seus pontos de crise e de resistência e ruptura das pessoas colonizadas, seria fundamental para sua superação. Ainda, ambos teóricos militantes discutiram a alienação colonial dos povos periféricos e enfatizaram a conscientização e o engajamento político como condições do processo de desalienação do mundo colonial.

Durante os anos 1950 e início dos 1960, os países afro-asiáticos em boa parte ainda estavam realizando ou consolidando sua revolução política, enquanto os demais países latino-americanos possuíam apenas sua independência política, mas não um sistema econômico nacional formado. Nesse contexto transnacional, Guerreiro julgava a posição do Brasil vantajosa, visto que poucos países periféricos possuíam uma força econômica centrípeta em desenvolvimento, neste caso sob um capitalismo emergente. Assim, apostou no desenvolvimento socioeconômico como via de emancipação nacional. Com efeito, a saída pelo desenvolvimento exigiria uma aliança entre os assalariados, sobretudo dos centros urbanos, com as classes empresariais, e não só industrial, mas também comercial e agrícola, em um esforço conjunto e ideologicamente coordenado por um nacionalismo popular.

Contudo, examinando as experiências de independência africanas e latino-americanas, incluindo a brasileira, Fanon lamentava suas limitações a uma independência política formal e a um subdesenvolvimento econômico resguardado pela burguesia nacional parasitária. Essa situação seria cronicamente inviável para um verdadeiro desenvolvimento socioeconômico, pois ainda preserva relações de dependência com os países mais desenvolvidos da Europa e da América do Norte e mantém relações de desigualdade social no interior da nação. Além disso, as suas críticas sobre a condição privilegiada dos trabalhadores urbanos são fontes instigantes de reflexão. Portanto, apesar do compartilhamento de referenciais políticos, teóricos e metodológicos em comum, ao comparar outros aspectos das suas teorias, se pode contrapor suas propostas anticoloniais.

Por fim, tanto Guerreiro quanto Fanon foram terceiro-mundistas e socialistas, cada um a seu modo, mas o que este artigo buscou argumentar é que o alinhamento transnacional com o Terceiro Mundo e as críticas ao modo de produção capitalista preponderaram nas prerrogativas do segundo quando comparado ao primeiro. Por um lado, sob uma perspectiva nacionalista popular e desenvolvimentista, Guerreiro propôs o povo como sujeito da transformação social com protagonismo dos trabalhadores urbanos, atuando indiretamente através da sua vanguarda (composta por trabalhadores de diferentes categorias e sujeitos de diferentes posições e classes sociais) na elaboração ideológica e execução de um programa nacional de desenvolvimento socioeconômico. Por outro lado, sob uma perspectiva eminentemente terceiro-mundista e anticapitalista, Fanon propôs o povo como principal agente revolucionário com protagonismo dos camponeses e favelados, atuando diretamente no processo de amadurecimento ideológico e organização política dos movimentos de libertação nacional e transnacional e de construção de nações independentes.

Referências

ARAUJO, Rodrigo. A voz da Argélia. A propaganda revolucionária da Frente de Libertação Nacional Argelina no Brasil. *Independência nacional e revolução socialista (1954-1962)*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 30, n.º 61, p. 401-424, maio-agosto, 2017.

BALANDIER, Georges. A Situação Colonial: abordagem teórica. Trad.: Bruno Anselmi Matangrano. **Cadernos CERU**, série 2, v. 25, n. 1, jun, 2014.

BARBOSA, Muryatan. O TEN e a Negritude Francófona no Brasil: Recepção e inovações. **RBCS**, vol. 28, nº 81, fevereiro/2013.

BARBOSA, Muryatan. **Guerreiro Ramos e o Personalismo Negro**. Jundiaí: Paco, 2015.

BARIANI, Edson. Guerreiro Ramos: Uma Sociologia em Mangas de Camisa. **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 11, p. 84-92, out, 2006.

BARIANI, Edson. A Perspectiva da Revolução: Guerreiro Ramos e o Nacionalismo. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. v.1, n.1, jan./jun. 2011.

CATANI, Afrânio. Resenha Bibliográfica: Fernandes, Florestan. A ditadura em questão. São Paulo, Queiroz, 1982, 164p. **Revista de administração de empresas**, vol.22, n.3, jul/set, 1982.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

COOPER, Frederick. **Histórias de África – Capitalismo, modernidade e globalização**. Lisboa: Edições 70, 2018.

CRUZ, André Kaysel V. **Entre a nação e a revolução: marxismo e nacionalismo no Peru e no Brasil (1928-1965)**. São Paulo: Alameda, 2018.

CRUZ, Saraiva J. 2005. Guerreiro Ramos e a institucionalização democrática brasileira. In: SENTO-SÊ, J. Trajano; PAIVA, Vanilla (Org). **Pensamento Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez. p.127-150.

DOMINGOS, Charles. O nacionalismo na experiência democrática brasileira. **Outros Tempos**, v.5, n.5, junho de 2008.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Tradução: Isabel Pascoal. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

FANON, Frantz. **Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos**. Tradução: Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020a.

FANON, Frantz. **O olho se afoga/ Mãos paralelas – Teatro Filosófico**. Tradução: César Sobrinho. Salvador: Editora Segundo Selo, 2020b.

FONSECA, Danilo F. Colonialismo, independência e revolução em Frantz Fanon. **Revista África e Africanidades** - Ano 7 – n.19, abr. 2015.

FAUSTINO, Deivison. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, jan.-jun./2018a.

FAUSTINO, Deivison. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018b.

FAUSTINO, Deivison. **A Disputa em torno de Frantz Fanon: A teoria e a Política dos Fanonismos Contemporâneos**. São Paulo: intermeios, 2020.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. São Paulo: Brasiliense, 4ªed., 1984.

GUIMARÃES, A. S. A. A Recepção de Fanon no Brasil e a Identidade Negra. **CEBRAP: Novos Estudos**, p. 99-114, jul, 2008.

HRBEK, Ivan. 2010. A África setentrional e o chifre da África. In: MAZRUI, Ali. **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília, DF: UNESCO. P.151-190.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. Dossiê nº 26. Frantz Fanon: O brilho do Metal, 2020.

KHALFA, Jean. **Fanon, psiquiatra revolucionário. Em: Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos (introdução)**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

KOJÈVE, Alexandre. **Introdução à Leitura de Hegel**. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

LYNCH, Christian. Teoria Pós-Colonial e Pensamento Brasileiro na Obra de Guerreiro Ramos: o pensamento sociológico (1953-1955). **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, p. 27-45, jan/abr, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução, apresentação e notas: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **Histórias da África**. São Paulo, SP: LCTE, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia. **A Sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

OLIVEIRA, Lúcia. O olhar sociológico de Guerreiro Ramos. **Mnemosine**, vol. 2, n.2, p.183-190, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia. Guerreiro Ontem, Guerreiro Hoje. Rio de Janeiro: p. 9-14, set/out, 1997.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª edição, 1986.

ORTIZ, Renato. Frantz Fanon: um itinerário político e intelectual. **Contemporânea**, v. 4, n. 2 p. 425-442, Jul-Dez. 2014.

PRASHAD, Vijay. *The Darker Nations: A People's History of the Third World*. New York: The New Press, 2007.

RAMOS, A. Guerreiro. **A Redução Sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RAMOS, A. Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

RAMOS, A. Guerreiro. **O problema nacional do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

RAMOS, A. Guerreiro. **A crise do poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RAMOS, A. Guerreiro. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Florianópolis: Insular, 2016.

SARTRE, Jean-Paul. **O colonialismo é um sistema. Em Colonialismo e neocolonialismo: situações**, V. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1968, p.21-40.

SARTRE, Jean-Paul. O existencialismo é um humanismo. Em Antologia de Textos Filosóficos / Jairo Marçal (org.) – Curitiba: SEED – PR, 2009, pp. 616-639.

SKINNER, Quentin. **Visões da Política: Sobre os métodos históricos**. Alges: Difel, 2005.

ZAHAR, Renate. **Colonialismo e Alienação: Contribuição para a teoria política de Frantz Fanon**. Trad.: Amadeu Graça do Espírito Santos. Lisboa: Ulmeiro, 1976.